

FUNDADORES

Prefeito ALIM PEDRO

Procurador Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETOR-RESPONSÁVEL

Procurador Geral EUGENIO DE VASCONCELLOS SIGAUD

DIRETOR-EXECUTIVO

Procurador-Chefe GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETORES-SECRETÁRIOS

Procurador JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA

Procurador HÉLIO CAMPISTA GOMES

Procurador CÉLIO ALBERTO SHOLL FERREIRA

ENCARREGADO DO EXPEDIENTE

MARIA DA SILVEIRA LOBO

SUMÁRIO

DOCTRINA

	PÁGS.
Breve nota acêrca da perda e da aquisição da propriedade do bem expropriado — EBERF CHAMOUN	1
Do contrôle estatal sôbre as autarquias — A. B. COTRIM NETO	15
Da validade das convenções sôbre fôro do contrato e da aplicação da lei estrangeira às convenções celebradas no Brasil — ARNOLD WALD...	29
Intervenção litisconsorcial voluntária — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	40

PARECERES ADMINISTRATIVOS

Alinhamento. Afastamento. Recuo — ROBERTO PINTO FERNANDES....	59
Código de obras. Valor de lei. Inalterabilidade por meio de decreto — ROCHA LAGOA	61
Construção com entrada por terreno alheio. Necessidade de prova da existência de servidão — ROBERTO PINTO FERNANDES	64
Construções em rua de vila. Legalização. Requisitos — ROBERTO PARAISO ROCHA	67
Construção ilegal. Impossibilidade de prorrogação da licença — IVENS BASTOS DE ARAUJO	74
Construção ilegal. Responsabilidade do proprietário — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	75
Construção sem licença em caminho não reconhecido como logradouro. Impossibilidade de legalização — IVENS BASTOS DE ARAUJO	78
Cortiços e favelas. Problemas higiênico-sanitários — ROBERTO PARAISO ROCHA	80
Desapropriação. Área remanescente. Investidura — BENEDICTO DE AZEVEDO BARROS	85
Desapropriação por zona. Locação de imóveis desapropriados, antes da execução do plano urbanístico — ROCHA LAGOA	87
Desmembramento. Área mínima dos lotes — BARBOSA LIMA SOBRINHO	88
Desmembramento. Terreno hipotecado. Necessidade da autorização do credor hipotecário — ROBERTO PINTO FERNANDES	92
Direito de construir. Restrições administrativas. Código de Obras. Posturas regulamentares — WALTER AQUINO	93
Edifício de apartamentos. Modificação da fachada. Consentimento da totalidade dos condôminos — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	106
Edifício de apartamentos. Modificação de partes comuns — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	108
Edifício de apartamentos sôbre pilotis. Obra ilegal no andar térreo. Demolição — ROCHA LAGOA	109
Edifício de apartamentos. Licença para obra em parte comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — ROBERTO PINTO FERNANDES	111
Edifício de apartamentos. Modificação de parte comum. Qualidade dos promitentes compradores, imitados na posse, para se oporem — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	112

	PÁGS.
Edifício de apartamentos. Mudança da destinação. Condições — ROCHA LAGOA	114
Edifício de apartamentos. Pedido de licença para instalação de café e bar. Oposição do condomínio — OTTO LARA RESENDE	117
Encanamentos colocados em logradouros. Incorporação, por acesso, ao patrimônio público — BARBOSA LIMA SOBRINHO	120
Entrada de vila. Constituição de servidão. Necessidade da anuência de todos os proprietários — IVENS BASTOS DE ARAUJO	122
Exploração de pedreiras. Regulamentação pelo Estado. Poder de polícia. Normas de aplicação imediata — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	123
Habitação de tipo popular. Construção em desacôrdo com o projeto aprovado. Mais-valia — WALTER AQUINO	127
Habite-se. Imóvel sujeito a recuo — ANTONIO FRANKLIN BUENO DO PRADO	129
Habite-se. Termo de recuo. Registro no Tribunal de Contas — IVENS BASTOS DE ARAUJO	132
Imóvel atingido por projeto de alinhamento. Construções irregulares — IVENS BASTOS DE ARAUJO	133
Imóvel desapropriado. Legalização de obra — ROBERTO PINTO FERNANDES	135
Instalação de gasômetro em zona residencial. Proibição legal — ROCHA LAGOA	137
Investidura. Avaliação da área investível — ROBERTO PINTO FERNANDES	138
Investidura. Terreno lateral. — ROBERTO PINTO FERNANDES	140
Legalização de obra. Infração de direito de vizinhança — IVENS BASTOS DE ARAUJO	143
Legalização de obra. Mais-valia. Descabimento da cobrança — ANTONIO FRANKLIN BUENO DO PRADO	144
Legalização de obra. Proprietário falecido. Necessidade de abertura do inventário — PAULO GERMANO MAGALHÃES	147
Lei nova. Aplicação aos processos em curso. Normas auto-executáveis e normas dependentes de regulamentação — ROCHA LAGOA	150
Licença para construção. Possuidor sem título de propriedade. Concessão a título precário. Dispensa do termo de recuo — IVENS BASTOS DE ARAUJO	156
Licença para construção. Revalidação. Legislação aplicável — BARBOSA LIMA SOBRINHO	158
Licença para construção. Ilha de Paquetá. Artigo 5.º do Decreto 10.643, de 1950 — ROBERTO PINTO FERNANDES	162
Licença para construção. Plano urbanístico. Direito de vizinhança — ROBERTO PINTO FERNANDES	164
Licença para construção. Prorrogações irregulares — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	166
Licença para construção. Prorrogação. Subordinação às novas exigências legais — OTTO LARA RESENDE	168
Licença para construção. Prova da propriedade do terreno — RAUL LINS E SILVA FILHO	171
Licença para localização. Baixa de inscrição. Concessão de novo alvará — ANTONIO FRANKLIN BUENO DO PRADO	173
Logradouro. Reconhecimento. Termo de cessão e obrigações. Registro no Tribunal de Contas — JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA	176
Logradouro público. Mudança de denominação. Lei n.º 867, de 1956 — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	177
Loteamento aprovado. Projeto de construção de vila. Incidência da norma proibitiva — BARBOSA LIMA SOBRINHO	180
Loteamento aprovado mas não concluído. Destino das áreas doadas ao Estado e das construções feitas — ROCHA LAGOA	181

	PÁGS.
Loteamento. Aprovação de minuta do termo de cessão. Exigências legais supervenientes — VICTOR NUNES LEAL	185
Loteamento. Caução de lotes. Art. 227, § 2.º, da Lei n.º 899, de 1957 — ROCHA LAGOA	190
Loteamento. Incidência da lei nova sobre os pedidos de aprovação em processamento — ROCHA LAGOA	194
Loteamento. Natureza do ato de aprovação. Incidência das restrições legais supervenientes — ROCHA LAGOA	198
Loteamento. Requisito legal descumprido. Anulação do ato de aprovação — ROCHA LAGOA	204
Obra embargada. Pedido de reconsideração. Improcedência — ROCHA LAGOA	206
Obras em imóveis públicos. Legalização. Registro de imóveis. Efeitos da transcrição — ROBERTO PARAISO ROCHA	208
Obra ilegal. Multa. Aplicabilidade da lei vigente ao tempo da infração — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	212
Pedidos de reconsideração. Repetição. Limite de profundidade e gabarito — BARBOSA LIMA SOBRINHO	215
Planos urbanísticos. Restrições ao direito de propriedade — BARBOSA LIMA SOBRINHO	219
Prédio em ruína iminente. Despejo e demolição administrativos — ROBERTO PARAISO ROCHA	225
Projeto de construção. Subordinação às novas exigências legais — IVENS BASTOS DE ARAUJO	228
Projeto de construção. Infração a direito de vizinhança. Posição da administração — IVENS BASTOS DE ARAUJO	229
Projeto de loteamento. Condicionamento da aprovação à prova da propriedade do requerente — BARBOSA LIMA SOBRINHO	231
Projeto de loteamento. Documentos a exigir, para prova da propriedade da área a lotear — BARBOSA LIMA SOBRINHO	232
Projeto de obra. Licenciamento a título precário. Termo — IVENS BASTOS DE ARAUJO	239
Promessa de investidura. Imóveis desapropriados — ROBERTO PINTO FERNANDES	240
Ruas de vila. Licença de construção já concedida. Inaplicabilidade da lei nova. Termo de responsabilidade. Certidão — ROCHA LAGOA	241
Servidão de aeração e iluminação. Termo — IVENS BASTOS DE ARAUJO	246
Vila. Servidão de passagem. Alteração. Necessidade da concordância dos proprietários dos prédios dominantes — BARBOSA LIMA SOBRINHO	247
Termo de obrigação. Registro — IVENS BASTOS DE ARAUJO	251
Vila. Construções feitas na área do corredor por proprietários de casas — BARBOSA LIMA SOBRINHO	253
Advogados. Alvará de localização. Dispensa do pagamento do imposto sindical — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	255
Autarquia. Imunidade tributária — IVENS BASTOS DE ARAUJO	261
Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Imunidade tributária restrita — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	263
Certidão requerida por funcionário para defesa em juízo. Isenção de selo — RAUL LINS E SILVA FILHO	277
Imposto sobre transações. Venda de veículos. Empresas permissionárias de serviço de transporte coletivo — WALTER AQUINO	278
Imposto sobre transações com assento em negócio de construção por administração. Inclusão, na base para o cálculo, da "taxa de incorporação". Contratos concorrentes ou vinculados. Tratamento jurídico-fiscal — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	280
Imposto territorial. Terreno de autarquia prometido à venda — IVENS BASTOS DE ARAUJO	291

	PÁGS.
Imposto de vendas e consignações. Exclusão, para o cálculo, da parcela correspondente ao imposto de consumo — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	298
Imposto de vendas e consignações. Isenção em favor do pequeno produtor — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	303
Imposto de vendas e consignações. Mercadoria importada através de pedido formulado por agente do vendedor — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	311
Taxa judiciária. Incidência da lei nova sobre processos em curso — LUIZ ORLANDO RODRIGUES CARDOSO	314
Acumulação de cargos. Correlação de matérias. Inteligência do requisito constitucional — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	320
Acumulação de cargos. Inexistência de proibição — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	325
Acumulação de cargos. Inteligência do art. 24 das Disposições Transitórias da Constituição de 1946 — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	328
Acumulação de cargos. Proibição constitucional — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	336
Acumulação de dois cargos no mesmo serviço. Proibição legal — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	339
Acumulação de gratificações. Art. 5.º da Lei n.º 856, de 1956 — GENOLINO AMADO	343
Agentes fiscais. Participação na arrecadação de multas — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	346
Aposentadoria. Contagem em dobro do tempo de férias não gozadas — VICTOR NUNES LEAL	349
Aproveitamento. Lei n.º 478, de 1950 — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	356
Assistência. Execução de julgado já cumprido. Descabimento do pedido — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	361
Assistência jurídica a funcionário. Pressupostos necessários — RAUL LINS E SILVA FILHO	367
Aumentos quinquenais. Prescrição a favor do Estado. Presunção de legitimidade dos atos administrativos — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	368
Concurso. Candidata classificada. Direito à nomeação — GENOLINO AMADO	373
Contagem de tempo de serviço. Interpretação dos arts. 78 e 225 do Estatuto — NELSON GUIMARÃES BARRETO	374
Contagem de tempo de serviço para aposentadoria. Licenças especiais não gozadas — NELSON GUIMARÃES BARRETO	377
Decisão em processo administrativo. Limitações ao poder de revisão — ROCHA LAGOA	380
Dispensa de ponto. Funcionário matriculado em curso de administração — GENOLINO AMADO	381
Extensão administrativa de decisões judiciais a terceiros. Limites da sua admissibilidade — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	384
Funcionário aposentado. Exercício de cargo de chefia, em comissão. Opção pelos proventos da aposentadoria. Gratificação — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	387
Funcionário aposentado. Exercício de cargo em comissão — NELSON GUIMARÃES BARRETO	389
Funcionário interino, posteriormente nomeado em caráter efetivo. Contagem do tempo da interinidade — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	391
Funcionário morto no exercício da função. Pensão a filho adúltero — CARLOS ROCHA MAFRA DE LAET	396
Funcionários estaduais. Prestação de serviços no interesse da União. Descabimento de remuneração pelos cofres federais — PETRONIO DE CASTRO SOUZA	400

	PÁGS.
Gratificação de chefia. Previsão orçamentária. Inexistência de direito à percepção — JOSÉ EMYGIDIO DE OLIVEIRA	404
Inquérito administrativo. Prazos estatutários ultrapassados. Validade do processo — GENOLINO AMADO	408
Licença a servidora casada com funcionário de sociedade de economia mista. Entendimento do artigo 113 do Estatuto — GENOLINO AMADO	415
Licença para tratamento de saúde. Contagem do período como tempo de serviço. Requisito estatutário — GENOLINO AMADO	416
Percentagens e cotas. Sua inclusão nos proventos da inatividade — JOSÉ EMYGIDIO DE OLIVEIRA	418
Processo administrativo. Crime contra a administração pública. Instâncias penal e administrativa — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	435
Processo administrativo. Designação de comissão revisora. Ilícito penal e ilícito administrativo. Independência das instâncias — GENOLINO AMADO	441
Processo administrativo. Remessa dos autos ao juízo criminal — RAUL LINS E SILVA FILHO	446
Processo administrativo. Revisão. Prescrição quinquenal. Inexistência de novos elementos — CARLOS ROCHA MAFRA DE LAET	447
Processo disciplinar. Revisão. Ilícito penal e ilícito administrativo — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	452
Salário-família. Exercício cumulativo de cargo federal e estadual — NELSON GUIMARÃES BARRETO	463
Servidores públicos. Restrições ao exercício de atividades profissionais — PETRONIO DE CASTRO SOUZA	465
Tempo de serviço. Contagem para efeito de aumentos quinquenais — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	470
Tempo de serviço. Gratificação adicional — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	472
Tempo de serviço. Requisitos dos documentos comprobatórios — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	474
Tempo de serviço em sociedade de economia mista. Comprovação — GENOLINO AMADO	476
Alodialidade. Usucapião extraordinário anterior à vigência do Código Civil — ROCHA LAGOA	478
Alodialidade. Usucapião quarentenário. Sesmaria do Visconde de Asseca — ROBERTO PINTO FERNANDES	483
Bens da União aforados a empresa incorporada ao patrimônio nacional. Transferência do domínio útil — IVENS BASTOS DE ARAUJO	488
Dívidas ativas das pessoas jurídicas de direito público. Prescrição. Impossibilidade do reconhecimento administrativo — ROBERTO PINTO FERNANDES	491
Edifício da Maison de France. Situação jurídica. Reversão da área remanescente ao patrimônio do Estado — ROBERTO PARAISO ROCHA	494
Enfiteuse. Coexistência do domínio direto do Estado com o domínio útil de outra pessoa jurídica de direito público — ROBERTO PINTO FERNANDES	503
Enfiteuse. Regularização de aforamento. Inconveniência da ação de comisso — ROBERTO PINTO FERNANDES	505
Enfiteuse. Remição compulsória. Ilegalidade — IVENS BASTOS DE ARAUJO	507
Enfiteuse. Transferência do domínio útil — CRECENCIO LIUZZI	509
Enfiteuse. Direito de preferência — ROBERTO PINTO FERNANDES	511
Estradas de ferro. Passagens de nível. Ilícitude do seu fechamento — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	512
Imóveis foreiros ao Estado. Sub-enfiteuse — ROBERTO PINTO FERNANDES	515

	PÁGS.
Imóvel do Estado. Cessão onerosa e temporária de uso. Necessidade de autorização legislativa — HÉLIO CAMPISTA GOMES	517
Imóvel estadual. Cessão de uso, com encargos — ROBERTO PINTO FERNANDES	524
Imóveis do Estado. Negócios jurídicos permitidos e proibidos — ROCHA LAGOA	527
Imóveis do Estado. Fazenda Brasília. Alienação ou arrendamento a posseiros — ROBERTO PARAISO ROCHA	529
Praias. Instalação de piscinas desmontáveis. Condições — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	537
Resgate de aforamento. Desnecessidade de procedimento judicial — IVENS BASTOS DE ARAUJO	540
Sub-enfiteuse Tavares da Silva. Sua inexistência — ROBERTO PINTO FERNANDES	541
Terreno parcialmente foreiro. Desmembramento na parte alodial — ROBERTO PINTO FERNANDES	544
Assentimento do Tribunal de Contas para relevação de multas. Quando é necessário — LUIZ ORLANDO RODRIGUES CARDOSO	545
Concorrência pública. Anulação. Justa causa — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	551
Iluminação de logradouro público. Responsabilidade da concessionária — GUSTAVO PHYLADELPHO AZEVEDO	556
Multa contratual. Cobrança executiva. Desnecessidade de inscrição — AMILCAR PARANHOS DA SILVA VELLOSO	559
Pôrto do Rio de Janeiro. Natureza federal dos serviços portuários. Competência da União para conceder ou arrendar os portos — RAYMUNDO FAORO	565
Serviço de Loteria do Estado da Guanabara. Contrato para distribuição e venda de bilhetes. Registro pelo Tribunal de Contas do Estado — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	569
Serviços fúnebres. Corretagens. Licenciamento de escritórios — BARBOSA LIMA SOBRINHO	578
Serviços de transporte coletivo. Competência para a autorização — IVENS BASTOS DE ARAUJO	580
Transporte coletivo. Exploração do serviço para fins turísticos. Regime jurídico da permissão — JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA	583
Tribunal de Contas. Registro sob reserva. Constitucionalidade de subvenção para reconstrução de monumento histórico — LETACIO JANSSEN JUNIOR	596
Certidão. Despachos publicados e pareceres — WALTER AQUINO	611
Certidão para defesa de direito. Art. 141, § 36, III, da Constituição Federal — ROBERTO PINTO FERNANDES	612
Certidão para fazer prova em juízo. Fato concreto — WALTER AQUINO	613
Cheque sem fundos. Pagamento imediato, sem lesão patrimonial. Boa fé do emitente — RAUL LINS E SILVA FILHO	614
Contrôle da constitucionalidade das leis. Possibilidade da iniciativa do Poder Executivo — GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA	616
Ensino primário. Cancelamento de folga escolar. Extensão do preceito aos estabelecimentos particulares — GENOLINO AMADO	620
Estabelecimento de ensino particular. Registro no DEP — OTTO LARA RESENDE	621
Instituto de Educação. Nacionalidade brasileira como condição de ingresso — GILSON AMADO	623
Subvenção a autarquia federal. Inaplicabilidade da Lei n.º 804/54 e de seu regulamento — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	624
Subvenção a instituição religiosa. Interpretação do artigo 31, II, da Constituição Federal — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	626

RAZÕES FORENSES

Convocação extraordinária da Assembléia — Memorial pelos Procuradores JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA e JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	629
Promulgação de lei parcialmente vetada — Memorial pelos Procuradores JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA e HÉLIO CAMPISTA GOMES	644
O caso do Edifício Cristal — Memorial pelo Procurador AMILCAR PARANHOS DA SILVA VELLOSO	655

ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL

Primeiro concurso para Procurador do Estado:

1. Antecedentes	676
2. Regulamento	677
3. O programa	682
4. A Comissão Examinadora	688
5. Prova escrita de Direito Administrativo	689
6. Prova escrita de Direito Constitucional	709
7. Prova escrita de Direito Tributário	713
8. Prova escrita de Direito Civil	714
9. Prova escrita de Direito Processual Civil	715
10. Resultado da prova escrita	716 a
11. Resultado da prova oral	716 b
12. Resultado final do concurso	716 c

LEGISLAÇÃO

Constituição do Estado da Guanabara:

Texto	717
Índice remissivo	745
Índice comparativo com a Constituição Federal e as outras Constituições Estaduais	757